

Proposição feita à Alerj pela deputada estadual Dani Monteiro (PSOL) alega que prédio histórico do campus da Praia Vermelha tem que ser resguardado da especulação imobiliária. Mas reitoria diz que sequer foi consultada acerca do projeto e que ele fere frontalmente a autonomia universitária. Especialista diz que tombamento deve ser proposto pelo Executivo.

## CARO PROFESSOR, ESSA FOTO PODE SER SUA



← Cole  
aqui  
o seu  
retrato

Na próxima edição, vamos publicar retratos da comunidade universitária sendo vacinada. Podem enviar fotos tanto os profissionais da educação superior, com idade entre 18 e 42 anos, que recebem a imunização no próximo dia 16, quarta-feira, quanto quem tem 43 ou mais e já foi vacinado. Participe de nossa próxima edição celebrando a Ciência contra o negacionismo

Página 7

# # UFRJ VACINADA CONTRA O ÓDIO

# EDITORIAL

## PODE SER A GOTA D'ÁGUA?

### DIRETORIA

Nos últimos meses, o ocupante do Palácio do Planalto tem ultrapassado todos os limites, dando sinais de que não recuará nem cederá qualquer espaço para o bom senso em seu governo. O quadro que se apresenta, de alta inflacionária e aumento de desemprego, aponta para um governo de alta concentração de renda e potencial explosivo do ponto de vista social. Em relação às universidades, permanece o estrangulamento orçamentário e, no Congresso, ensaiam-se tentativas de retomada da discussão da reforma administrativa, assim como tentam dar continuidade a excecências como o *homeschooling*. Também permanecem as intimidações e tentativas de processos contra docentes e técnicos-administrativos, mas que até agora não prosperaram.

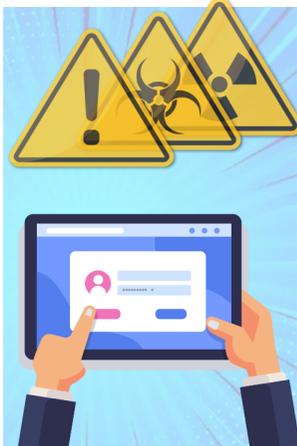
Como se já não bastassem os documentos que estão paulatinamente confirmando a ação antivacina da Presidência da República, ao fecharmos esta edição nos deparamos com o disparate da recomendação para a não obrigatoriedade do uso de máscara para quem já teve covid-19 ou já está vacinado. A ação, que parece estapafúrdia, não só ajuda a criar tumulto no debate nacional e atende aos seus nichos mais fiéis, mas busca atrair aquela faixa da população exausta de tanta discussão, cansada de restrições e cuja vida já é uma permanente roleta russa. Assim, o pior presidente de nossa história se confirma como o porta-voz da insensatez e da ignorância. Por isso, reafirmamos nossa disposição para irmos às ruas no dia 19 de junho. Com todos os cuidados, e para aqueles que estão em risco, se poupem! Ainda teremos muito chão pela frente, muitas caminhadas e outros encontros nas ruas. Estaremos lá, os que pudermos, pedagogicamente como no dia 29 de maio: 100% dos manifestantes de máscaras, buscando manter o distanciamento recomendado.

## INSALUBRIDADE: FORMULÁRIO DEVE SER PREENCHIDO ATÉ O DIA 25

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

Todos os professores que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde sem receber os adicionais a que têm direito estão convidados a preencher um formulário eletrônico criado pela AdUFRJ. A expectativa é que, de posse das informações, o sindicato consiga avançar nas negociações com a reitoria para a concessão dos benefícios de insalubridade, periculosidade e de radiação. O formulário, disponível em [bit.ly/direitoaoadicional](http://bit.ly/direitoaoadicional), pode ser preenchido até o dia 25.

O docente deve informar o nome, unidade, matrícula SIAPE, número do processo administrativo em que solicita o adicional (se houver) e se ainda trabalha submetido a algum agente prejudicial à saúde. “Nas últimas reuniões, a reitoria pediu um detalhamento que não havia no nosso questionário eletrônico inicial, do fim do



“ano passado”, esclarece Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ e professor do Institu-

to de Bioquímica Médica.

Os casos informados podem ter diferentes desdobramentos, individuais ou coletivos. “No melhor cenário, podemos resolver tudo administrativamente. Ou podemos ter que resolver tudo judicialmente. Ou algo intermediário, de alguns resolvidos administrativamente e outros, via Justiça”, afirma Pedro.

Para informar o número do processo, o sindicato recomenda que todos os docentes prejudicados mantenham um pedido formal no sistema da reitoria. Pode ser um recurso, quando há discordância quanto ao resultado do parecer da equipe da pró-reitoria de Pessoal, ou uma solicitação nova. Pedro acredita que, diante das dificuldades burocráticas dos últimos anos, muitos professores podem ter desistido dos processos.

Em paralelo ao formulário, a AdUFRJ encaminhou um novo ofício à reitoria. “Estamos reforçando os nossos argumentos com anexos de decisões judiciais favoráveis em casos semelhantes. E estamos incluindo uma lista de professores com dados que já conseguimos reunir”, afirma a assessora jurídica Ana Luísa Palmisciano.



AdUFRJ no Rádio  
www.radio.ufjr.br

■ NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta semana, os professores Eleonora Ziller e Josué Medeiros, diretores do sindicato, fazem o balanço de mais um período letivo remoto na UFRJ. Também discutem a imposição do governo de realizar a Copa América no Brasil, e o uso que Bolsonaro faz do futebol e outros símbolos nacionais. Os docentes falam sobre a expectativa e preparativos para a manifestação do dia 19 de junho. No Café com Ciência e Arte, Cristina Rego-Monteiro da Luz, professora da Escola de Comunicação, analisa o jornalismo contemporâneo e os desafios da formação de novos jornalistas. O programa vai ao ar toda sexta-feira, às 10h, com reprise às 15h.

## FORTALECER SINDICATOS É TAREFA URGENTE

“Precisamos fortalecer os nossos sindicatos, pois nos dias de hoje são os nossos escudos protetores”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, durante um debate virtual organizado pelo sindicato dos docentes federais de São Carlos, Araras e Sorocaba (Adufscar), no último dia 10.

Eleonora destacou que a tarefa é urgente, não só para defender os direitos dos professores, mas as próprias universidades. “As reitorias estão fragilizadas. A Andifes (associação de reitores) hoje conta com um número grande de reitores que foram colocados lá com a missão de desestabilizar as universidades”, observou, em referência à intervenção do governo no processo eleitoral de muitas instituições.

Além dos ataques à autonomia, a presidente da AdUFRJ acrescentou que as universidades ainda precisam enfrentar drásticos cortes orçamentários e a ameaça de uma reforma administrativa que pode destruir os serviços públicos. Para fazer frente a tantos desafios, Eleonora entende ser prioritária uma aproximação entre a direção do sindicato nacional dos docentes, o Andes — ao qual a AdUFRJ é filiada — e os anseios da maioria dos professores. “Precisamos acolher todos os professores; não só aquela parcela da vanguarda que milita no movimento sindical”.

Ao contrário de outras categorias que encolheram com as transformações do mundo do trabalho, como os bancários, e ficaram com menos sindicalizados, houve um aumento significativo do número de docentes. “Mas essa entrada de novos professores não foi acompanhada de uma transformação dos sindicatos. Temos essa responsabilidade”, disse.

O presidente do sindicato dos professores federais da Bahia (APUB) — que é filiada ao Proifes-Federação —, Emanuel Lins, reforçou as preocupações com todos os ataques do governo Bolsonaro e também defendeu a unidade na resistência. “Queria saudar a professora Eleonora. Embora estejamos em entidades nacionais distintas, temos conseguido fazer ações juntos. Isso é importante. Identificar as nossas diferenças, mas valorizar os nossos consensos, especialmente neste período”, disse.

Emanuel acredita que o modelo em que o Proifes se organiza, com sindicatos pela base filiados a uma federação (Proifes), facilita o diálogo com os professores. “O fato de ser um sindicato de base tem uma inclinação maior a estar mais próximo das pautas próprias do movimento docente”, afirmou. “O movimento docente precisa estar, claro, inserido nas lutas gerais. E a Federação, como entidade nacional, garante que este debate seja padronizado”, completa.

Ouvir todos os professores também é uma preocupação do presidente da APUB. “Não dá para a gente falar só para um grupo seletivo de militantes. Seria burrice não ouvir tanta gente qualificada”, observou.

**OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO** Eleonora destacou que a AdUFRJ mantém diálogo com associações e sindicatos docentes — entre elas, a APUB — não filiados ao Andes, via Observatório do Conhecimento. “Temos uma experiência em comum, o Observatório do Conhecimento, que trabalha na proteção daquilo que é mais caro para a vida universitária, que é a produção do conhecimento, a liberdade do pensamento”, disse. “Precisamos de uma grande frente em defesa da vida. Todos são bem-vindos”. (Kelvin Melo)



FOTOS: DIVULGAÇÃO

# Projeto para tombar Casa da Ciência gera polêmica

> Proposição da deputada estadual Dani Monteiro (PSOL) pretende proteger prédio histórico de especulação imobiliária. Reitoria não foi consultada e vê interferência na autonomia universitária

LUCAS ABREU  
lucas@adufjr.org.br

Um projeto de lei estadual reacendeu a discussão sobre a Casa da Ciência da UFRJ. No começo do mês, a deputada Dani Monteiro (PSOL) protocolou uma proposição para que a Casa seja tombada como patrimônio histórico e cultural do Rio de Janeiro. A proposta tem como justificativa a importância da instituição — o segundo centro cultural do país voltado para Ciências —, fundada em 1995. A importância histórica do prédio é que ele integra o complexo do antigo Hospital Nacional de Alienados, no campus da Praia Vermelha. O projeto da parlamentar vincula o prédio histórico com sua vocação científica e cultural.

“Aquele é uma área de interesse para especulação imobiliária”, disse a deputada Dani Monteiro. “A Casa da Ciência é um espaço de difusão do conhecimento há mais de 20 anos. Entendemos que é importante tombar a Casa, para afastar qualquer especulação imobiliária”.

A parlamentar justificou que o tombamento por meio de Lei Estadual pretende preservar a Casa no seu local, mesmo que haja mudanças na gestão da universidade. “É importante a Casa ser mantida ali. A ideia é que o tombamento a resguarde, inclusive, de qualquer mudança na gestão que possa haver dentro da UFRJ também. O tombamento pretende a manutenção daquele espaço”.

### REITORIA DISCORDA

Para a reitora Denise Pires de Carvalho, o projeto de lei é uma intervenção na autonomia da UFRJ. “É um ato que fere a autonomia frontalmente. É uma atitude que se assemelha à daqueles monarquistas que querem fazer do nosso Museu Nacional

um museu imperial, sem passar pelos colegiados da UFRJ”, diz a reitora. Para Denise, trata-se da defesa da autonomia universitária como princípio. “É um precedente perigosíssimo. Porque hoje é por uma boa causa, mas amanhã um deputado estadual pode propor transformar nosso Museu Nacional em um museu imperial. Ou pior, como a recente proposta daquele deputado que quis fechar a Uerj”, explicou.

“Fico preocupada que parlamentares estejam ferindo frontalmente a autonomia universitária. A reitora e o vice-reitor não foram procurados pela parlamentar. Ninguém da administração da UFRJ foi procurado”, disse. Denise defendeu que as decisões sobre a Casa da Ciência sejam tomadas pela universidade em seus colegiados deliberativos. “A UFRJ nunca discutiu o fechamento da Casa da Ciência. E a interferência externa no ambiente da UFRJ é temerária. Não podemos admitir que parlamentares, de nenhum partido político, interfiram na nossa autonomia, na democracia interna e na institucionalidade”.

Denise ressaltou também que a UFRJ tem interesse em expandir as ações da Casa da Ciência para a Cidade Universitária, próxima aos complexos do Alemão e da Maré, locais de comunidades vulneráveis e que precisam muito do contato com a Ciência e a produção de conhecimento. “Conseguir fomento para expandir as atividades nesta área do Rio seria uma ótima proposta da deputada”.

A polêmica em torno da Casa da Ciência é alimentada pelo projeto Viva UFRJ, criado ainda na gestão do professor Roberto Leher à frente da reitoria e que prevê a parceria com BNDES para o aproveitamento econômico dos ativos imobiliários da instituição. “Nos comprometemos em dar continuidade à discussão do Viva UFRJ porque interrompê-la geraria um custo para a universidade”, explicou a reitora. Segundo ela, caso a universidade rescinda o contra-

to com o BNDES terá que arcar com uma multa de cerca de R\$ 2,5 milhões. Uma consultoria foi contratada para fazer um estudo do potencial imobiliário da área da universidade. A pandemia atrasou a entrega, e só em fevereiro deste ano a UFRJ recebeu o relatório final. De acordo com a reitora, o documento está sendo resumido pela equipe responsável pelo projeto, e será apresentado aos colegiados da universidade.

“O projeto é muito grande, então está no contrato que ele pode ser subdividido. Se conseguirmos pagar o que devemos ao BNDES em um ou dois projetos, não precisamos seguir com outros. Essa decisão não é minha, é da universidade”, disse Denise, que fez questão de reforçar sua mensagem para o corpo social da instituição. “A comunidade acadêmica tem que ter tranquilidade. Minha gestão não venderá nada nem fará nenhum negócio com os terrenos da UFRJ sem que a comunidade conheça os detalhes, discuta e decida. Muito menos na Praia Vermelha, um lugar que tem uma atividade acadêmica intensa e que o vice-reitor e eu respeitamos muito”, declarou.

Entre os estudos apresentados preliminarmente pela comissão do Viva UFRJ, há a possibilidade de transferência da Casa da Ciência e sua reconstrução em local próximo, e outras modificações bastante significativas no campus da Praia Vermelha. Segundo a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, é isso que vem motivando a mobilização em torno do tema: “Apesar de serem estudos preliminares, precisam ser compreendidos e debatidos por toda a universidade. A pandemia acabou por deixar o assunto em banho-maria, mas já é hora de conhecermos a totalidade da proposta, e como será encaminhada, para que a comunidade se posicione, pois só assim poderemos dirimir dúvidas e acabar com sobressaltos”, defende Eleonora.



“A Casa da Ciência é um espaço de difusão do conhecimento há mais de 20 anos. Entendemos que é importante tombar a Casa, para afastar qualquer especulação imobiliária”.

DANI MONTEIRO  
Deputada do PSOL,  
autora do projeto



“É um ato que fere a autonomia frontalmente. É uma atitude que se assemelha à daqueles monarquistas que querem fazer do nosso Museu Nacional um museu imperial, sem passar pelos colegiados da UFRJ”.

DENISE PIRES DE CARVALHO  
Reitora da UFRJ

### DISCUSSÃO TÉCNICA

O projeto de lei apresentado pela deputada Dani Monteiro se apoia em uma pesquisa feita pela historiadora Monica Cristina de Moraes, técnica da Casa da Ciência. Em sua tese de doutorado, ela resgatou a história

do prédio. “Ele foi construído entre 1925 e 1926, e era parte do Hospital Nacional de Alienados. Ali ficavam as internas acometidas de tuberculose, em isolamento”, explicou Monica. Quando ela começou a estudar a historiografia do edifício, havia poucos registros sobre o Pavilhão Alor Prata. “A medida que fui investigando, levantando material e fontes, fui entendendo que a história era mais profunda”, contou. Segundo a sua pesquisa, o pavilhão foi uma melhoria construída no hospital, para que os pacientes ficassem em isolamento, prática que começou a ser adotada no final do século XIX para tratamento da tuberculose.

Mas para a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ Andréa Borde, o projeto de lei não é suficiente para o tombamento da Casa da Ciência. “Tombamento é uma atribuição do poder Executivo”, explicou. Andréa ainda esclareceu que, caso o projeto seja aprovado na Alerj e sancionado pelo governador, ele não terá validade. Para ter validade, o tombamento precisa ser aprovado por um dos órgãos de tutela da área. No caso de uma proposta estadual, o pedido de tombamento deveria ter sido feito ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). “Uma pessoa pode propor a um órgão de tutela uma pesquisa, o órgão vai encaminhar e vai propor o tombamento ou não”.

A Casa da Ciência segue funcionando, enfrentando ainda os desafios de ser um centro cultural no meio de uma pandemia. “Seguimos planejando nossas exposições e ações educativas. Assim que tivermos mais segurança, do ponto de vista da pandemia, esperamos reabrir nossas exposições”, contou Ismar Carvalho, diretor da Casa. “Estamos discutindo de que maneira vamos voltar, e de que maneira poderemos retornar, com segurança, o quanto antes. As exposições estão montadas e continuamos trabalhando”.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

# ÁRVORE DA VIDA

> Estudo reúne pesquisadores da UFRJ e da Universidade Federal do Pará para avaliar o uso da planta conhecida como garapa, típica da Amazônia, no tratamento do câncer de pulmão

KIM QUEIROZ  
comunica@adufrrj.org.br

O tratamento para o câncer de pulmão pode ganhar um reforço de peso e genuinamente brasileiro. É o que aponta uma pesquisa realizada em parceria por cientistas da UFRJ e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que avalia o potencial antitumoral da *Apuleia Leiocarpa*, uma planta amazônica popularmente conhecida como garapa. O grupo conta com sete cientistas, e investiga plantas medicinais como fontes de novas substâncias para o combate a células cancerígenas. Atualmente, esse tratamento é feito com o uso de quimioterápicos, que possuem efeitos colaterais e, com o uso prolongado, podem provocar resistências no corpo humano.

“Já existem substâncias muito eficientes, como a cisplatina, que está sendo usada há mais de 30 anos e tem um efeito muito bom para a redução do câncer de pulmão. Mas ela tem efeitos colaterais graves, como o fato de que pode causar surdez”, conta Janaina Fernandes, professora de Genética Molecular I e II nos cursos de Nanotecnologia e Biofísica, no campus Duque de Caxias da UFRJ. A intenção dos pesquisadores é descobrir uma substância que possa ter, pelo menos, a mesma atividade antitumoral dos quimioterá-

picos, mas com menos efeitos colaterais. “Isso já é um progresso, pois melhora a qualidade de vida do paciente mantendo o mesmo resultado”, afirma a professora.

## POTENCIAL PARA TRATAMENTO

Janaina, que na sua tese de doutorado na Biofísica estudou o uso de produtos naturais para o tratamento de câncer, entrou no projeto em 2011, a partir do contato com os professores Alberto Arruda e Mara Arruda, da UFPA. “Lá, eles trabalham com fitoquímica: identificam as plantas, fazem a coleta e geram o extrato. Na época estavam procurando alguém que fizesse as análises desses extratos, para entender o potencial para tratamento do câncer”, lembra. Ao todo, foram mais de 40 extratos de diferentes plantas enviados para a avaliação do grupo da UFRJ. Porém, muitos deles não têm eficiência ou perderam a sua atividade depois de algum tempo. “Apesar de o projeto estar rodando há dez anos, nós só conseguimos cinco amostras que têm efetivamente atividade antitumoral, e a *Apuleia Leiocarpa* é uma dessas plantas”, aponta Janaina.

O potencial medicinal da planta já era conhecido, devido aos seus efeitos analgésicos, antifúngicos e anti-inflamatórios. Porém, o efeito antitumoral da *Apuleia Ferrea*, que pertence à mesma família, motivou os pesquisadores a avaliar essa capacidade na *Apuleia Leiocar-*

*pa*. “As flores têm substâncias diferentes do caule, que tem substâncias diferentes da raiz e assim por diante. As mesmas substâncias podem estar presentes em diversas partes da planta, mas muitas vezes em proporções diferentes”, ressalta a professora. Por isso, foram feitos testes de viabilidade celular com cinco extratos de diferentes partes da *A. Leiocarpa*, para ver se as células cancerígenas iriam morrer ou apenas parar de se desenvolver. E dois mostraram resultados significativos: o extrato da casca e o extrato do caule.

Janaina conta com duas alunas de iniciação científica para estudar os efeitos dos extratos sobre as células cancerígenas: enquanto uma induz à autofagia, que é o processo de renovação celular, a outra induz à apoptose, que é a morte celular. “A morte celular por apoptose é o ideal para eliminar células de alguma doença. Dessa maneira, a célula se programa para mor-

rer e faz essa morte de forma limpa, sem gerar inflamação ou causar outros danos para a saúde do paciente”, explica Rachel Ribeiro, graduanda de Biofísica no campus Duque de Caxias. Ao analisar a morfologia celular, 48 horas após o tratamento, foram confirmadas as características autofágicas e de morte celular por apoptose. Rachel destaca que os extratos tiveram melhor ação antitumoral nas concentrações de 25, 50 e 100 µg/ml (microgramas por mililitros).

## DESMATAMENTO

Os tumores de pulmão são divididos em dois tipos histológicos: os de não pequenas células, e os de pequenas células. “Os experimentos foram feitos com células da linhagem H460, que é uma linhagem de câncer de pulmão de não pequenas células, um dos tipos mais agressivos e mais comuns no mundo”, descreve Rachel. Esse é o tumor que mais afeta os fumantes, pois o tabaco



propicia seu desenvolvimento. O extenso número de pacientes acometidos pela doença também preocupa as pesquisadoras. “É preciso que a substância seja economicamente viável. Pouco adianta encontrarmos uma substância ótima no combate, mas que custe R\$ 100 mil para produção de uma cápsula, pois fica inviável a larga escala”, salienta a professora Janaina.

A pesquisa já identificou o que os extratos são capazes de matar e como fazem isso, mas ainda falta saber quais são exatamente as substâncias responsáveis pela atividade antitumoral. “Nós queremos fracionar esses extratos para verificar quais substâncias existem ali, e depois testá-las de forma mais isolada para saber quais têm o potencial de, posteriormente, se tornar um fármaco”, afirma Rachel. Agora, os extratos considerados eficientes estão sob análise do grupo de fitoquímicos do Pará, que identificarão as substâncias responsáveis por essa atividade antitumoral para saber se são substâncias novas ou já conhecidas.

A estudante Isabel Oliveira, do curso de Biotecnologia, que também participa do projeto, destaca que esta espécie de planta, assim como muitas outras, está ameaçada de extinção. “Imagine quantas outras espécies que sequer testaremos antes de serem extintas? Quem sabe estamos perdendo futuros medicamentos sensacionais de origem vegetal, por conta do desmatamento descontrolado”, diz.

# MAR DE PLÁSTICO

> Pesquisa que foi destaque na JIC revela contaminação acelerada em teia alimentar de espécies aquáticas pelo acúmulo de lixo na Baía de Guanabara

LIZ MOTA ALMEIDA  
comunica@adufrrj.org.br

A poluição da Baía de Guanabara pode ser vista a olhos nus, mas é na análise microscópica que se pode enxergar o tamanho da devastação ao ambiente aquático. Entre 225 peixes analisados pelo Laboratório de Ecologia Trófica, do Instituto de Biologia da UFRJ, 42% apresentaram microplásticos no estômago, conforme relatou a coordenadora, Gisela de Figueiredo. “Desde 2006, quando entrei na universidade, venho pesquisando a teia alimentar da baía, analisando o conteúdo dos peixes”, conta ela.

O laboratório pretende quantificar o microplástico nos animais da Baía de Guanabara, como as corvinas, os bagres e os mexilhões, e também na água. “É um problema sério, a baía está muito contaminada”, revela a professora. O projeto que investiga a questão do plástico faz parte de uma pesquisa maior, de longa duração, chamada Projeto Baías, financiado pelo CNPq e que procura desenvolver um retrato da situação na Baía de Guanabara. “Na minha linha de pesquisa quero entender a poluição, o dano aos organismos. A gente pode fazer algumas previsões, o quanto os organismos estão prejudicados e como pode deteriorar a saúde de quem come pescado e mexilhões”,

explica Gisela. “Tem gente que vive pescando e comendo da baía”, completa.

## REDUÇÃO DO CONSUMO

Apesar de já existirem tecnologias que permitem a retirada de plástico do oceano, com os microplásticos a situação é diferente. “A retirada de plástico do mar é possível, mas quando falamos de microplástico não tem como tirar, não tem como filtrar o mar inteiro”, afirma a professora. “É sobre entender o uso do plástico, compreender os malefícios, as pessoas precisam se sensibilizar com a questão do plástico e de outros poluentes”, reflete.

Gisela acredita ser urgente a redução do consumo. “A gente sabe que consumimos plástico, respiramos também, já estamos contaminados. Mas até quando isso vai afetar a saúde das pessoas?”, questiona. A professora também coordena o grupo de extensão Acessibilidade e Ciências do Mar, que reflete sobre o consumo e o impacto do plástico nos oceanos.

A estudante Izabela Maria Ramirez, graduanda em Biologia da PUC-Rio e orientanda de iniciação científica da professora Gisela de Figueiredo, investiga se ostras e mexilhões da Baía de Guanabara estão contaminados por microplásticos. “Fizemos todos os experimentos de digestão do tecido deles. De fato, encontramos microplásticos em todos. Isso mostra o nível da poluição no espelho d’água, mas também aponta para a insegurança alimentar de seres humanos”, considera a aluna. As consequências para os animais já são



“A retirada de plástico do mar é possível, mas quando falamos de microplástico não tem como tirar, não tem como filtrar o mar inteiro”

GISELA DE FIGUEIREDO  
Professora do Instituto de Biologia da UFRJ



conhecidas. “Lesão nos órgãos, diminuição no crescimento, falsa sensação de saciedade, baixo nível de nutrientes. É bem grave”, diz a estudante, que recebeu o prêmio de melhor trabalho na seção de organização da JIC.

## RISCO AO SER HUMANO

Para Vivianne Alves, doutoranda do Laboratório e coautora do trabalho apresentado por Izabela, ganhar o prêmio é muito bom para a propagação do estudo. “Eu acredito que ganhou pela relevância do tema microplástico nos últimos anos, e a importância de relacionar isso a animais que costumamos comer, que têm relevância comercial, como ostras e mexilhões”, acredita.

Na pesquisa desenvolvida por Vivianne, ela observa a adsorção (quando as moléculas ou íons de uma substância ficam fixados na superfície de sólidos por interações químicas e físicas) em organismos como a tainha e o bagre. “Estou identificando o tipo, cor e tamanho dos microplásticos. Além disso, queremos fazer experimentos de alimentação

para saber se mexilhões e ostras selecionam o plástico durante sua alimentação”, explica. “No caso dos peixes identificamos o tipo de plástico, não basta ver o plástico na lupa. Fizemos uma análise de polímeros e identificamos o poliéster, que são fibras da indústria têxtil e das redes de pesca que poderia ser um indicativo da entrada de microplásticos na baía”, completa.

Segundo Vivianne, o problema não é o plástico em si, mas os componentes que estão adsorvidos na superfície do plástico e que podem aderir ao corpo humano. Ela acredita existir algo ainda mais complicado que o microplástico: o nanoplástico, que pode ser absorvido pelo tecido do organismo. “Se você ingere um peixe que tem aderido nanoplásticos ou metais pesados, pode trazer um grande malefício ao ser humano”, afirma.

## ESPECIAL | CORTES NO ENSINO SUPERIOR

# “NÃO TEM MAIS ONDE CORTAR. JÁ CORTEI NA CARNE. COMO VOU CORTAR MAIS R\$ 7 MILHÕES?”

**Marcus David, reitor da Federal de Juiz de Fora** explica que instituição chegou ao limite e que as restrições estão comprometendo o presente e o futuro da universidade

A penúria financeira da UFRJ, maior e mais antiga federal do país, é emblemática. Mas não é o único exemplo de descaso com a educação superior pública. O **Jornal da AdUFRJ** inaugura nesta edição uma série de reportagens sobre o drama orçamentário de outras universidades. Em cada uma delas, a redução de bolsas, a demissão de traba-

lhadores terceirizados e o subfinanciamento da pesquisa evidenciam a política de destruição praticada pelo atual ocupante do Palácio do Planalto. Situação que confirma a conhecida declaração do antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997): “A crise da Educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

## UFJF perdeu 61,52% em cinco anos

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) teve o orçamento reduzido em impressionantes 61,52%, no período de apenas cinco anos. A verba de R\$ 194,8 milhões de 2016 (valor corrigido pela inflação) despencou para R\$ 74,9 milhões em 2021.

A verba atual é insuficiente para garantir as atividades da instituição até o fim do ano. A previsão é do professor Eduardo Condé, pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da UFJF. “Funcionamos em situação precária e com déficit crescente. Em condições onde esteja tudo liberado, funcionamos no máximo até setembro ou outubro”.

O quadro só não está pior porque a reitoria já realizou duros cortes na manutenção e na área acadêmica. A UFJF foi obrigada a reduzir em 75% (R\$ 1,8 milhão) um programa próprio de fomento ao custeio da pós-graduação. Além disso, de 3.607 bolsas destinadas a estudantes dos ensinos fundamental e médio, da graduação e da pós-graduação, 869 foram cortadas. As demais foram rebaixadas: a maioria delas (2.166) passou a ser de R\$ 300 mensais em vez de R\$ 400, por 12 horas de atividades desempenhadas

semanalmente por estudante.

Em relação ao ano passado, os recursos aplicados na terceirização despencaram de R\$ 54,6 milhões para R\$ 40,1 milhões. A medida vai resultar na perda de 307 postos de trabalho, em Juiz de Fora, passando de 932 para 625 ao longo do ano, à medida que os contratos forem vencendo. Uma redução de 32,9% da mão de obra.

O detalhe é que estas medidas foram aprovadas no Conselho Superior da instituição (Consu) ainda antes dos últimos cortes decorrentes da tramitação da Lei Orçamentária Anual no Congresso e dos vetos do presidente. A universidade acabou sofrendo uma nova “tesourada” de R\$ 7,3 milhões. “Não tem mais onde cortar. Já cortei na carne. Como vou cortar mais R\$ 7 milhões?”, questiona o reitor Marcus David, que também é vice-presidente da Andifes (associação nacional dos reitores das federais). “Com um alerta: o retorno de atividades presenciais agrava muito a situação orçamentária”, completa Eduardo Condé.

“Não há a compreensão da direção do governo nacional nem da relevância da educação superior, nem do investimento em pesquisa e pós-graduação e muito menos do papel da extensão e da inovação. É uma terra arrasada, nos asfixiando gradativamente”, critica o pró-reitor. “Não podem destruir as universidades com as posições ideológicas de um radicalismo de extrema direita, nem a ciência com boatos. Então a ofensiva destrutiva se intensificou. Venderam ao Congresso um teto de gastos disfuncional e inviabilizaram o Estado e os investimentos públicos”.

O dirigente explica que, em uma cidade como Juiz de Fora, com 550 mil habitantes, a UFJF representa o maior equipamento público de toda a região. São 23 mil alunos em dois campi



### ORÇAMENTO UFJF

DETALHAMENTO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2021	%
PNAES*	18.618.184,53	12.473.705,00	-33,00%
Custeio	130.276.444,73	59.138.189,00	-54,61%
Capital	45.962.453,98	3.362.822,00	-92,68%
TOTAL	194.857.083,24	74.974.716,00	-61,52%

\*assistência estudantil

Perda de 307 terceirizados

Corte de 869 bolsas acadêmicas

Redução de programa próprio de apoio à pós-graduação: **R\$ 1,8 milhão**

\*\*valores de 2016 corrigidos pela inflação

### “GOVERNO QUER DESMANCHAR UNIVERSIDADES”

“Quando a gente desmonta, a gente pode remontar. A gente recoloca, reconstrói. O que esse governo pretende com as universidades é desmanchar, fazer com que aquilo deixe de existir”. A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, iniciou com estas palavras a participação na live “UFRJ: crise financeira ou desmonte?”, organizada pela revista eletrônica Desenredos do Mundo, no dia 8.

“O que estamos vivendo hoje não tem paralelo na história do Brasil. Nunca tivemos que enfrentar esse nível de agressividade, esvaziamento e desmoralização da instituição”, afirmou Eleonora.

Organizadora da live, a crítica literária Gabriela Raizaro chamou atenção para a campanha de arrecadação de recursos para reforma do

(um em Governador Valadares), 1,8 mil professores e 1,6 mil técnicos. “Sem contar seu óbvio impacto econômico sobre a arrecadação da cidade e os reflexos sobre os mercados de trabalho, imobiliário, de pequeno e médio negócios”.

### INDIGNAÇÃO

Diretor da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (APESJF), Leonardo Silva Andrada defende a mobilização da comunidade universitária para enfrentar o que chamou de projeto político de “estrangulamento” da universidade. “Se a gente for se adaptando sucessivamente a cortes que não param de acontecer, não vai ter mais o que cortar, porque não vai ter mais universidade”, diz. “O resultado é a precarização geral do ambiente universitário: do ensino, da pesquisa e da extensão”.



prédio da reitoria, via Fundação Coppetec. “Não existe doação que vá resolver o problema da universidade. Nem cobrança de mensalidade. Mas este tipo de doação é importante por-

que ajuda a criar vínculos com a sociedade”, respondeu Eleonora. “Isso é muito comum nas universidades norte-americanas”. (Liz Mota Almeida)

# Faixaço em defesa da Uerj e contra a truculência

> Ato público, realizado na última quinta-feira, recolocou faixa arrancada por deputado estadual bolsonarista que apresentou projeto para fechar a universidade. AdUFRJ participou do protesto

LUCAS ABREU  
lucas@adufrrj.org.br

A lvo de dois graves ataques no último mês, a Uerj mostrou a sua força em um ato, na última quinta-feira (10), no campus do Maracanã. Apoiado por entidades do setor da educação, entre elas a AdUFRJ, o evento mobilizou a comunidade e pendurou uma enorme faixa na frente do prédio principal da universidade com os dizeres “Vacina no braço, comida no prato! Contra a destruição do serviço público! Fora, Bolsonaro e Mourão”.

De acordo com Frederico Irias, vice-presidente da Asduerj, Associação de Docentes da Uerj, o ato foi uma resposta a um ataque do deputado estadual bolsonarista Anderson Moares (PSL). No dia 19, o parlamentar arrancou uma faixa com os mesmos dizeres da faixa recolocada no ato de quinta-feira.

Menos de uma semana depois, o deputado protocolou o projeto de lei, inconstitucional, que propunha acabar com a



DEVIDO LUGAR: faixas em defesa da universidade foram recolocadas



FOTOS: FERNANDO SOUZA

MOBILIZAÇÃO: Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ, discursa no ato

Uerj e remanejar seus alunos para universidades privadas.

“A Uerj é uma das universidades mais populares do Brasil. Foi pioneira na aprovação das cotas e quase 40% do nosso corpo discente vem das favelas”, explicou. Frederico mencionou ainda outros dois deputados estaduais bolsonaristas que atacaram a universidade, Rodrigo Amorim e Alexandre Knoploch (ambos do PSL). “Há uma mudança sensível por parte da sociedade, que está compreendendo que esses caras são violentos, e que esses atos precisam ser

freados”, analisou.

O professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ, esteve na Uerj, defendeu a universidade pública e criticou o projeto de destruição do governo Bolsonaro. “Estamos vivendo um ataque sem precedentes ao ensino superior em todas as esferas”, denunciou. Felipe também ressaltou a importância de ocupar as ruas no enfrentamento ao governo. “Temos que ir para as ruas no dia 19 de junho, como fomos no dia 29, para defender a educação e a vida”.

## #UFRJ VACINADA CONTRA O ÓDIO

16 DE JUNHO  
DIA DA  
VACINAÇÃO DE  
PROFISSIONAIS  
DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR



AdUFRJ

Nós do **Jornal da AdUFRJ** queremos você nas nossas páginas! Vamos montar um painel para ilustrar nossa próxima edição!

MANDE SUA FOTO VACINANDO PARA:  
comunica@adufrrj.org.br

CONCENTRAÇÃO  
NO MONUMENTO  
**ZUMBI**

# EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

**#19J**  
19 DE JUNHO  
**SÁBADO**  
**10H**



## NÃO TIRE A MÁSCARA. TIRE O BOLSONARO!

**#VACINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO**